

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A TEORIA DA DEPENDÊNCIA  
EM RUY MAURO MARINI:  
A CONSTRUÇÃO DE UMA INTERPRETAÇÃO  
MARXISTA PARA A AMÉRICA LATINA**

ALLAN AMARAL PAES DE MESENTIER  
matrícula nº: 105.027.032

ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Maria de Mello Malta

JANEIRO 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A TEORIA DA DEPENDÊNCIA  
EM RUY MAURO MARINI:  
A CONSTRUÇÃO DE UMA INTERPRETAÇÃO  
MARXISTA PARA A AMÉRICA LATINA**

---

ALLAN AMARAL PAES DE MESENTIER  
matrícula nº: 105.027.032

ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Maria de Mello Malta

JANEIRO DE 2012

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor*

*As citações em espanhol foram traduzidas livremente pelo autor*

*“É difícil defender,  
só com palavras, a vida,  
ainda mais quando ela é  
esta que vê, severina;  
mas se responder não pude  
à pergunta que fazia,  
ela, a vida, a respondeu  
com sua presença viva;  
e não há melhor resposta  
que o espetáculo da vida”*

**João Cabral de Melo Neto**

## **AGRADECIMENTOS**

Seria impossível enumerar em apenas uma página todos aqueles que me ajudaram a completar a minha trajetória na universidade. Contudo não poderia deixar de lembrar algumas pessoas.

Agradeço a minha família pela paciência, confiança, carinho e dedicação que tiveram comigo ao longo desses anos de faculdade, em especial, minha mãe, Meise Caetano, meu pai, Leonardo Mesentier e meu irmão, Thales Mesentier.

Agradeço aos companheiros e amigos do LEMA (Laboratório de Estudos Marxistas – José Ricardo Tauile) que me acolheram no seu estimulante e intenso debate sobre as controvérsias do pensamento econômico brasileiro. Rodrigo Castelo, Pablo Bielschowsky, Bruno Borja e Fernando Prado todos participaram de alguma maneira desse trabalho, em especial, minha orientadora, professora Maria Malta, primeiro professora, depois orientadora e, hoje, amiga querida, que teve enorme paciência e dedicação com esse trabalho.

Agradeço a todos os amigos. Aos do começo da faculdade: Rodrigo Lima, João Sergio, Laura Beraldo, Juliana Nascimento e Carla Curty; aos amigos do final da faculdade: Gabriel Zelesco, Julia Bustamantes, Rafael Papadopoulos, Fernando Moura e Rafael Paes Leme. Aos queridos companheiros de luta Mário Barretto, Luís Artur Sansevero, Daniele Jardim, Pedro Freitas, Veronika Berg, Tadeu Alencar, Barbará Bulhões, Kenzo Soares e Tomaz Mefano. E aos amigos de sempre Raoni Gonzaga e Paulo Aprígio.

Agradeço à Julia, companheira de vida, que sempre esteve ao meu lado com amor e paciência e que me ajuda a seguir em frente na vida e a continuar sonhando.

## **RESUMO**

O Objetivo desse trabalho será apresentar a teoria da dependência desenvolvida por Ruy Mauro Marini. Apresenta-se a categoria da dependência a partir da inserção das economias latino-americanas no mercado mundial. Em seguida, discute-se a interpretação que Marini faz do desenvolvimento histórico das economias latino-americanas e como essa interpretação constrói as noções de superexploração do trabalho e subimperialismo, caracterizando um padrão de acumulação específico das economias latino-americanas. Finalmente, sistematizam-se algumas das críticas dirigidas ao seu trabalho. Dessa forma, pretende-se apresentar uma visão panorâmica da obra do autor, mostrando a evolução e os limites dos conceitos desenvolvidos por ele.

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO I – A CATEGORIA DEPENDÊNCIA NA OBRA DE RUY MAURO MARINI.....</b>	<b>9</b>
I.1 – A INTERPRETAÇÃO DE MARINI SOBRE A INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA NA ECONOMIA MUNDIAL .....	9
I.2 – A DEPENDÊNCIA EM SUA DIMENSÃO HISTÓRICA .....	12
I.2.1 – <i>A Economia Colonial .....</i>	12
I.2.2 – <i>A Economia Dependente .....</i>	13
<b>CAPÍTULO II – A COMPREENSÃO DA ECONOMIA DEPENDENTE: O CASO DA ECONOMIA AGROEXPORTADORA .....</b>	<b>17</b>
II.1 – O PAPEL DAS ECONOMIAS LATINO-AMERICANAS PARA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NOS PAÍSES CENTRAIS .....	18
II.2 – TROCA DESIGUAL E TRANSFERÊNCIA DE VALOR: CARACTERIZANDO A INSERÇÃO INTERNACIONAL DEPENDENTE .....	20
II.3 – TRANSFERÊNCIA DE VALOR E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: REBATIMENTO INTERNO DA CONDIÇÃO DEPENDENTE .....	25
II.4 – SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E ESTRUTURA DO MERCADO INTERNO .....	26
<b>CAPÍTULO III – A COMPREENSÃO DA ECONOMIA DEPENDENTE: O CASO DA ECONOMIA INDUSTRIAL.....</b>	<b>30</b>
III.1 – O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA INDUSTRIAL LATINO AMERICANA .....	31
III.1.1 – <i>Crise e Industrialização .....</i>	31
III.1.2 – <i>Capital Estrangeiro e Industrialização .....</i>	36
III.2 – ANÁLISE DA ECONOMIA DEPENDENTE – O CICLO DO CAPITAL .....	39
III.2.1 – <i>1ª Fase do Ciclo do Capital na Economia Dependente .....</i>	41
III.2.2 – <i>2ª Fase do Ciclo do Capital na Economia Dependente .....</i>	43
III.2.3 – <i>3ª Fase do Ciclo do Capital na Economia Dependente .....</i>	45
III.3 – ANÁLISE: ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO AMPLIADA .....	46
III.3.1 – <i>A Interpretação de Marini dos Esquemas de Reprodução Ampliada .....</i>	47
III.4 – GLOBALIZAÇÃO: DEPENDÊNCIA E SUPEREXPLORAÇÃO .....	51
<b>CAPÍTULO IV – ALGUMAS CRÍTICAS A INTERPRETAÇÃO DE MARINI .....</b>	<b>55</b>
IV.1 – CRÍTICAS À ECONOMIA AGROEXPORTADORA.....	56
IV.1.1 – <i>Inserção Contraditória .....</i>	56
IV.1.2 – <i>Troca Desigual e Transferência de Valor .....</i>	57
IV.1.3 – <i>Troca Desigual e Superexploração do Trabalho .....</i>	59
IV.2 – CRÍTICAS À ECONOMIA INDUSTRIAL .....	60
IV.2.1 – <i>Notas sobre o conceito de superexploração do trabalho .....</i>	60
IV.2.2 – <i>Superexploração e Mais-Valia Relativa .....</i>	62
IV.2.3 – <i>Superexploração e os Limites de Reprodução da Classe Trabalhadora .....</i>	63
IV.2.4 – <i>Superexploração e a Luta de Classes .....</i>	64
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: .....</b>	<b>70</b>

# INTRODUÇÃO

O desafio de interpretar o desenvolvimento do capitalismo nos países latino-americanos, em especial nos países de industrialização tardia como Brasil, Argentina e México, foi e continua a ser um desafio para gerações de intelectuais brasileiros e latino-americanos.

De todos os autores brasileiros que trataram do tema, talvez a obra de Ruy Mauro Marini seja a menos conhecida pelo conjunto dos economistas brasileiros. Intelectual, filiado à tradição marxista e principal expoente da teoria da dependência, dedicou sua intensa vida acadêmica e militante ao estudo das economias latino-americanas. Fez da realidade latino-americana seu objeto de estudo. Sua pesquisa carrega o germe dos intelectuais que se debruçaram sobre as relações sociais existentes no continente com o objetivo de transformá-las.

Ruy Mauro Marini fará uso do materialismo dialético e da teoria marxista do valor, além de recorrer a inúmeras categorias formuladas por Marx em *O Capital*, para interpretar a realidade latino-americana. Mais-valia, capital constante e capital variável, valor da força de trabalho, o ciclo do capital e os esquemas de reprodução ampliada são alguns dos conceitos que aparecem, na sua obra, aplicados à América Latina, construindo a economia política da dependência.

Marini irá desenvolver conceitos originais ou enriquecer categorias já existentes dentro da teoria econômica, em especial, da economia marxista. O resultado de sua pesquisa e investigação levará à construção das noções de dependência e superexploração do trabalho. Mostrar a evolução de alguns desses conceitos e suas limitações para a interpretação da realidade latino-americana será um dos objetivos desse trabalho.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a teoria da dependência formulada por Ruy Mauro Marini. Primeiro apresenta-se a categoria da dependência, desenvolvida por

Marini em *Dialética da Dependência*, 1973, a partir da forma pela qual as economias latino-americanas se inserem na economia mundial. Em seguida, mostra-se como a partir da interpretação que Marini faz do desenvolvimento histórico das economias latino-americanas, a categoria da dependência se desdobra em novos conceitos como superexploração do trabalho e subimperialismo; caracterizando um padrão de acumulação específico das economias dependentes. Por último, sistematizam-se algumas das críticas aos conceitos e raciocínios desenvolvidos por Marini.

Por isso dividimos esse trabalho em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta a categoria da dependência. O segundo e o terceiros capítulos apresentam a interpretação que Marini faz do desenvolvimento histórico latino-americano, a sua fase agroexportadora e a sua fase industrial, respectivamente. Finalmente, o quarto capítulo levanta algumas críticas em relação a ideias e conceitos desenvolvidas por Marini.

Pretendemos assim apresentar uma visão panorâmica da obra de Marini, mostrando a evolução dos conceitos de dependência e superexploração do trabalho ao longo de sua obra, além de mostrar os limites e validade dessas categorias para a interpretação da realidade latino-americana.

# CAPÍTULO I – A CATEGORIA DEPENDÊNCIA NA OBRA DE RUY MAURO MARINI.

Esse capítulo tem como objetivo apresentar o sistema categorial da teoria marxista da dependência, desenvolvido por Ruy Mauro Marini e sistematizado em *Dialética da Dependência*, 1973. O caminho escolhido por este trabalho será, primeiro apresentar a forma como ele interpreta a inserção das economias latino-americanas no conjunto da economia mundial e, em seguida, apresentar a construção da categoria da *dependência* junto com o seu desenvolvimento histórico particular.

O capítulo está dividido em duas seções. A primeira, pretende apresentar a interpretação que Marini faz da inserção das economias latino-americanas na economia mundial e como, a partir dessa interpretação, ele constrói uma análise da formação econômica e social latino-americana, reinterpretando as noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento. A segunda, pretende apresentar como a categoria da *dependência* se forma no pensamento de Marini como produto da interação das economias latino-americanas com o conjunto das economias centrais. Como utilizamos a periodização estabelecida por Marini (1973), esta seção encontra-se divida em duas subseções: a fase da economia colonial e a fase da economia dependente.

## I.1 – A Interpretação de Marini sobre a Inserção da América Latina na Economia Mundial

O objeto de curiosidade de Marini é a estruturação do Modo de Produção vigente na América Latina. Do seu ponto de vista, há um movimento que se verifica nas economias latino-americanas que poderia ser identificado e teorizado. O trabalho de Marini, a partir dos textos *Subdesarrollo y Revolución* de 1969, tem como objeto a compreensão da formação econômico-social da América Latina, evoluindo na direção da construção de uma teoria.

Marini (1973) irá estudar o processo de desenvolvimento do capitalismo na sua totalidade, o que significa interpretar a América Latina a partir do marxismo. A formação, consolidação e expansão do modo de produção capitalista na América Latina são estudadas em função da dinâmica de acumulação de capital em escala global. Nesse contexto, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na América Latina é entendido como parte do processo global de desenvolvimento do capitalismo.

As economias latino-americanas passam a ser estudadas a partir de sua inserção na economia mundial e por suas conexões com as economias centrais, ou seja, Marini (1973) irá estudar o desenvolvimento das formações econômicas e sociais latino-americanas levando em consideração as suas conexões com o desenvolvimento do conjunto das demais Formações Econômicas e Sociais (FES), no caso, a europeia e, em seguida, a norte-americana. Assim, a economia mundial passa a ser compreendida na sua totalidade e as diversas FES como partes que a compõe.

Porém, como o desenvolvimento do capitalismo desde seu inicio é marcado pela desigualdade no desenvolvimento entre as diferentes FES<sup>1</sup>, Marini (1973) interpreta o produto dessa desigualdade como sendo a necessária subordinação de uma parte à outra. Assim, segundo essa abordagem teórica, as estruturas produtivas das economias latino-americanas se organizariam em função do processo de desenvolvimento da acumulação de capital das economias centrais. Essa relação de complementaridade e antagonismo estabelecida entre as economias centrais e periféricas ao longo da história do desenvolvimento do capitalismo é a forma de manifestação da dependência.

A categoria da dependência aparece aqui como um elemento de articulação das diferentes formações econômicas sociais ao longo da história do capitalismo. Por isso, só é possível entender a categoria da dependência articulada com o seu conteúdo histórico.

Marini estabelece uma relação de unidade e antagonismo entre as economias centrais e periféricas, recolocando a questão da polaridade centro-periferia apresentada pelos intelectuais da Cepal no início dos anos 50. Porém, agora, o subdesenvolvimento latino-

---

<sup>1</sup> Trotsky (1978) chamou isso de desenvolvimento desigual e combinado, que como Löwy (2000) coloca também se assenta sobre a noção de totalidade.

americano não é apenas visto como fenômeno distinto do desenvolvimento, ele passa a ser visto como fenômeno necessário ao desenvolvimento dos países centrais<sup>2</sup>.

Como um fenômeno que carrega uma unidade de contrários na sua essência, o desenvolvimento capitalista, em escala mundial, manifesta-se nas diversas formações econômicas e sociais de maneira diferente, expressando o que Marini denominou de par dialético “desenvolvimento e subdesenvolvimento”.

Assim, a construção do argumento básico da Teoria Marxista da Dependência assenta-se sobre uma perspectiva do desenvolvimento capitalista em que as economias subdesenvolvidas cumprem um papel essencial na dinâmica de acumulação das economias centrais. Com isso, formulam a existência do subdesenvolvimento como necessário ao desenvolvimento. Para conseguir dar explicação a tal questão, a Teoria Marxista da Dependência fará recurso a mecanismos de transferência de valor entre as distintas formações econômicas sociais, como elemento dinâmico da expansão da acumulação de capital.

Marini (1973) apresenta pela primeira vez o argumento da Teoria Marxista da Dependência de forma mais organizada. Neste trabalho, o autor busca referenciar historicamente o movimento teórico que deseja descrever. Afirma que ao longo do desenvolvimento histórico da América Latina seria possível identificar dois momentos da subordinação das estruturas econômicas latino-americanas às economias centrais.

A primeira fase seria a da economia colonial, na qual as relações de subordinação se materializariam via monopólio metropolitano sobre o comércio colonial. Evidencia-se, desde já, a importância do comércio internacional como referência para sua periodização e categorização das FES latino-americanas.

A segunda fase do processo de subordinação das estruturas econômicas latino-americanas se dá com a consolidação do capitalismo como modo de produção ao longo do século XIX e o estabelecimento da divisão internacional do trabalho, associado ao processo

---

<sup>2</sup> Furtado (1974) apresenta o Subdesenvolvimento como um fenômeno qualitativamente distinto do Desenvolvimento, e, o coloca como resultado do processo de expansão das economias centrais. Porém não o entende o Subdesenvolvimento como necessário ao desenvolvimento. Vejamos: “Sintetizando: o subdesenvolvimento não consiste uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas. É, em si, uma situação particular, resultante da expansão das economias capitalistas, usando recursos naturais e mão de obra em áreas econômicas pré-capitalistas” (FURTADO, 1974, pg 195)

de independência dos países latino-americanos. Esta nova fase, Marini denominou de Economia Dependente e a subdividiu em dois períodos: a Economia Agroexportadora, seguida da Economia Industrial.

## I.2 – A dependência em sua dimensão histórica

### I.2.1 – A Economia Colonial

Marini (1973) constrói a sua análise sobre as economias latino-americanas, a partir da forma como se inserem no conjunto da economia mundial; essa inserção se dá no bojo da formação do capitalismo. Nas suas próprias palavras: “*A América latina se forma junto com o Capitalismo em estrita consonância com a dinâmica do Capitalismo Internacional*” (MARINI, 1973, pg. 140). Aqui já podemos destacar um elemento importante para Marini e outros autores da Teoria Marxista da Dependência: a rejeição da interpretação do período colonial como feudal, caracterizando-o como essencialmente capitalista<sup>3</sup>.

A fase da Economia Colonial tem início com a expansão comercial européia nos séculos XV e XVI e se estende até o processo de Independência política dos países do continente em meados do século XIX.

A subordinação das estruturas econômicas das colônias às metrópoles européias, seja Lisboa ou Madri, é determinada legalmente. O mecanismo que assegura essa subordinação é o “exclusivo” ou monopólio comercial. Cabe às colônias servirem às metrópoles e, para tanto, a produção nas colônias é dirigida diretamente por Lisboa ou Madrid.

Nesse momento, cabe às colônias, realizarem dois papéis. O primeiro, será a produção de gêneros exóticos, aumentando o fluxo de mercadorias transacionadas no mercado internacional, auxiliando a acumulação do capital comercial. O segundo, será a produção de metais preciosos, com o fim de elevar a oferta de meios de pagamentos no continente europeu, auxiliando a acumulação do capital bancário na Europa. O desenvolvimento do

<sup>3</sup>Conforme Löwy (1999) a Teoria Marxista da Dependência, pelas penas de Marini, Quijano, Frank e Vitale apresenta como um dos eixos de sua problemática: “*A rejeição da teoria do feudalismo latino-americano e a caracterização da estrutura colonial histórica e da estrutura agrária presente como essencialmente capitalista. [...]”* (LÖWY, 1999, pg. 50)

capital comercial e bancário na Europa garantiriam as bases para a formação do sistema manufatureiro inglês ao longo dos séculos XVI e XVII até desaguar no século XVIII na Revolução Industrial Inglesa, quando o capital industrial assumiria o centro dinâmico da acumulação de capital, (Marini, 1973).

O movimento de formação do capitalismo na Europa fará com que o centro dinâmico da acumulação se desloque de Portugal/Espanha para a Holanda e, em seguida, com a Revolução Industrial para a Inglaterra. Esse movimento irá se refletir na decadência econômica de Portugal e Espanha o que irá abrir espaço para os processos de independência política no continente americano (Marini, 1969). Assim, não será uma simples coincidência a Revolução Industrial Inglesa acontecer muito perto no tempo dos processos de independência política dos países latino-americanas.

Com a superação do monopólio colonial, as antigas colônias – agora livres para comercializar com o mundo – iriam encontrar uma nova potencia econômica, a Inglaterra. Esse movimento colocará as relações entre a América Latina e os países centrais em novo patamar, abrindo espaço para o que Marini caracterizou como Dependência.

A categoria Economia Colonial para Marini servirá como uma referência de transferência de valor das economias latino-americanas para o centro, estruturada na forma jurídica do exclusivo metropolitano.

### I.2.2 – A Economia Dependente

O desenrolar da Revolução Industrial Inglesa irá desaguar em meados do século XIX na formação da grande indústria na Europa. Esse movimento que marca a passagem da manufatura para a grande indústria, é descrito por Marx (1982), tendo como marco o ponto a partir do qual a produção dos meios de produção (máquinas e equipamentos) deixa de ser manufatureira (ou quase artesanal) e passa a se dar de forma industrial. Essa mudança na forma de se produzirem máquinas e equipamentos é importante de ser ressaltada, porque permitirá a elevação da produtividade do trabalho por meio do progresso técnico, não dependendo mais exclusivamente do aumento da intensidade ou extensão da jornada de trabalho. Assim, os ganhos de produtividade podem ser conquistados pelos capitalistas, não

dependendo mais apenas do aumento do empenho de força de trabalho<sup>4</sup>. Será aqui que irá se consolidar o modo de produção capitalista e, com ele, o capital industrial irá assumir o centro da acumulação, o que irá impor novas exigências ao funcionamento das estruturas produtivas latino-americanas.

Essa periodização é importante, pois segundo Marini (1973), com a passagem da manufatura para a grande indústria irá se constituir o mercado mundial e consigo se estabelecer a divisão internacional do trabalho (DIT)<sup>5</sup>. Nesse cenário, o papel da América Latina será o de produzir produtos primários e o papel das economias centrais será o de produzir manufaturas<sup>6</sup>.

A formação da Grande Indústria na década de quarenta do século XIX e, com ela, a consolidação da divisão internacional do trabalho, coincidirá com a independência política dos países do continente latino-americano. É nesse contexto histórico, que Marini será capaz de definir o conceito de dependência. Vejamos como o faz:

“a dependência, entendida como relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.” (MARINI, 1973, pg.141)

---

<sup>4</sup> A passagem da manufatura para a grande indústria também pode ser estudada através da passagem da subsunção formal do trabalho à subsunção real do trabalho. Na primeira, o trabalhador perde a propriedade dos meios de produção e o domínio sobre o processo produtivo, porém os aumentos das quantidades produzidas estão diretamente associados à extensão e intensidade das jornadas de trabalho. Na segunda, a subsunção real do trabalho, o aumento das quantidades produzidas está prioritariamente associado com os avanços do progresso técnico, capaz de fornecer máquinas que aumentem a produção. Porém será só, quando “*as maquinas puderem ser produzidas por máquinas*” que esse processo de fato irá se consolidar, pois só assim, o aumento do investimento, ou seja, a expansão da capacidade produtiva não dependerá do aumento do empenho de força de trabalho nos setores que fabricam meios de produção.

<sup>5</sup> “A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial promoveu um desenvolvimento incomensurável do comércio, navegação e comunicações”. (MARX & ENGELS, 1998, pg. 9)

<sup>6</sup> Furtado (1974), partindo de outras inspirações metodológicas, também coloca como o marco, para se pensar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento nas diversas regiões do planeta, a conformação do núcleo industrial europeu em meados do século XIX. “O advento de um núcleo industrial, na Europa do século XVIII, significou uma modificação qualitativa na economia mundial da época e passou a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra” (op. cit., pg 187)

Como vimos, Marini (1973) defini o conceito de dependência<sup>7</sup> como uma relação de subordinação das estruturas econômicas entre nações formalmente independentes. Cabe destacar aqui, que Marini (1973) faz questão de jogar luz sobre a contradição entre a independência política e a dependência econômica. Assim, a passagem da situação colonial para a situação de dependência, marcada pela conquista da soberania pelos países latino-americanos, não é capaz de superar a dependência econômica frente aos centros da acumulação capitalista. Neste contexto, Marini destaca que embora ambas as fases sejam caracterizadas pela subordinação das estruturas econômicas dos países latino-americanos em relação às economias centrais, na fase colonial, essa subordinação se dá através de um mecanismo jurídico (monopólio comercial), enquanto na fase dependente, essa relação de subordinação se dá através das relações mercantis, no plano do comércio internacional.

Assim, a passagem da economia colonial para a economia dependente embora carregue elementos de continuidade com a fase colonial, como a subordinação das estruturas econômicas, traz consigo elementos originais, capazes de romper com o monopólio colonial, abrir espaço para a independência política e estabelecer a subordinação das estruturas econômicas através das relações mercantis no plano do mercado internacional entre nações formalmente livres.

Vale destacar, porém, que o debate da passagem entre a fase colonial para a fase dependente, interpretado por Marini como um movimento de ruptura e continuidade, não é um consenso, mesmo entre os autores do que depois se convencionou chamar de Teoria Marxista da Dependência. Frank (1968), por exemplo, não faz essa diferenciação entre as duas situações, vê na situação de dependência apenas a continuidade da situação colonial; teríamos um movimento de continuidade do mercantilismo ao imperialismo, interpretando a situação de dependência como uma situação neocolonial<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Em Dos Santos (1970), temos uma outra apresentação do conceito de dependência que se coaduna e até ajuda a esclarecer o conceito de Marini. Para Dos Santos: “A dependência é uma situação em que certo grupo de países têm sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a própria está submetida (...) Portanto, a dependência baseia-se em uma divisão internacional do trabalho que permite o desenvolvimento industrial de alguns países e limita este mesmo desenvolvimento em outros, submetendo-os às condições de crescimento induzido pelos centros de dominação mundial” (op. cit., pg. 379)

<sup>8</sup> “A estrutura de classes latino-americana foi formada e transformada pelo desenvolvimento da estrutura colonial do capitalismo internacional, do mercantilismo ao imperialismo. Sucessivamente, graças a essa estrutura colonial, as metrópoles da Espanha, da Inglaterra e dos Estados Unidos submeteram a América Latina a exploração e a dominação política que determinam sua estrutura sociocultural e sua atual estrutura de classe.” (FRANK,1968,pg. 370-371 )

Nesse capítulo, apresentamos em primeira aproximação, como Marini constrói a categoria da dependência, a partir da maneira como as economias latino-americanas se inserem no conjunto da economia mundial. Além disso, destaca-se como a teoria da dependência proposta por Marini reinterpreta a relação existente entre “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”, indicando uma relação de retroalimentação, que vai além da simples causalidade. Por último, apontamos a diferença presente entre a economia colonial e a economia dependente segundo o autor.

O próximo passo será apresentar como a noção de dependência se desdobra em outros conceitos como superexploração do trabalho e subimperialismo, caracterizando um padrão de acumulação específico das economias latino-americanas – formulação que dá base para a construção de uma economia política da dependência. Isso será possível com o estudo mais aprofundado do funcionamento da Economia Dependente e suas fases, a Economia Agroexportadora e a Economia Industrial, nos próximos capítulos.

## **CAPÍTULO II – A COMPREENSÃO DA ECONOMIA DEPENDENTE: O CASO DA ECONOMIA AGROEXPORTADORA**

O estudo da economia dependente é fundamental para dar corpo à compreensão do conceito de dependência de Marini. A economia dependente se subdivide em duas fases: economia agroexportadora e a economia industrial. Neste capítulo, apresentaremos a visão de Marini sobre o funcionamento da primeira fase.

As referências que marcam o início da fase agroexportadora são as mesmas que definem o estabelecimento das relações de dependência em meados do século XIX. Por um lado, a independência política dos países latino-americanos e, por outro, a formação da grande indústria na Europa e, com isso, o estabelecimento de uma divisão internacional do trabalho. Com a Primeira e Segunda Guerra Mundiais e a Crise de 1929/1930, as relações de dependência se fragilizaram, abrindo espaço para o processo de industrialização de alguns países latino-americanos. Nesse momento, passaríamos à fase industrial da economia dependente, que se estende até os dias de hoje.

O nosso objetivo, nesse capítulo, será mostrar – a partir da evolução histórica da economia agroexportadora – como a categoria da dependência formulada por Marini (1973) e apresentada no Capítulo I dessa monografia, irá se desdobrar em novos conceitos, principalmente na superexploração do trabalho. Conceitos que servirão para caracterizar um padrão de acumulação próprio das economias dependentes.

Assim, nossa discussão girará em torno dos mecanismos de transferência de valor existentes nas economias dependentes, identificados pelo nosso autor. Marini (1969, 1972 e 1973), identifica os seguintes mecanismos de transferência de valor no contexto da Economia Agroexportadora: i) O Endividamento Externo e Remessa de Lucros, e ii) A Troca Desigual no comércio internacional.

Nesse capítulo, apresentamos o funcionamento da economia agroexportadora, a partir de *Dialética da Dependência*, 1973, incorporando alguns elementos presentes em outros dois textos do autor, Marini (1969 e 1972).

O estudo da Economia Agroexportadora irá se concentrar, primeiro, em apresentar o papel que as economias latino-americanas desempenharam para a acumulação de capital nos países centrais. Depois, discutiremos as consequências para as economias latino-americanas de ter se formado no continente, estruturas de produção voltadas para a exportação de produtos primários.

## **II.1 – O Papel das Economias Latino-Americanas para Acumulação de Capital nos Países Centrais**

Retomando ao exposto anteriormente, com a formação da grande indústria e a consolidação da divisão internacional do trabalho, o papel dos países latino-americanos, então, passaria a ser o de aumentar a oferta de alimentos e de matérias primas no mercado mundial. Marini interpreta este fenômeno como estando vinculado à própria formação da grande indústria e da consolidação do capital industrial, que deslocam a acumulação de capital da extração da mais-valia absoluta para a extração da mais-valia relativa.

Segundo Marini (1973), o aumento da oferta de alimentos, serve a dois propósitos dentro das economias centrais. Primeiro, seria fundamental no sentido de viabilizar a expansão industrial na medida em que permitiria a especialização em atividades industriais de parte dos fatores de produção (terra, trabalho e capital) que antes se encontravam em atividades agrícolas.

Segundo, com o aumento da oferta de alimentos teríamos a redução do preço dos bens-salários, o que, segundo Marini, serviria para reduzir o valor do capital variável, contribuindo para o deslocamento da acumulação da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. Esta, segundo Marini, estaria fundada na redução do tempo de trabalho necessário e no aumento do tempo do trabalho excedente. A redução do tempo de trabalho necessário estaria associada à desvalorização dos produtos que compõem a cesta de bens dos trabalhadores. Embora Marini reconheça o papel do aumento da produtividade do trabalho

nos setores produtores de bens-salários nos países centrais para desempenharem esta função, ele também vê no comércio exterior, em especial com os países latino-americanos, a possibilidade de se reduzir o valor destes bens.

Porém Marini (1973) vai além e coloca que com a redução do valor da força de trabalho e mantida as condições de exploração da força de trabalho, teríamos a elevação da composição orgânica de capital nas economias centrais, o que acentuaria a tendência à queda da taxa de lucro nos países centrais<sup>9</sup>.

Em seguida, Marini apresenta outros dois elementos contra-tendenciais. O primeiro, deriva da afirmação feita acima: embora a redução do valor da força de trabalho aumente a composição orgânica de capital, aumenta também a quantidade de mais-valia (relativa)<sup>10</sup>, assim aumentamos o numerador da taxa de lucro o que leva ao aumento da taxa de lucro<sup>11</sup>. E, o segundo, em oposição ao primeiro, estaria na diferença do papel do aumento da oferta de matérias primas, que segundo Marini (1973) teriam papel contrário ao do aumento da oferta de alimentos, no que tange a taxa de lucro nos países centrais. O aumento da oferta de matérias primas reduz o preço dos insumos industriais, reduz-se assim o valor do capital constante permitindo a elevação da taxa de lucro<sup>12</sup>.

A esses dois movimentos, o primeiro, de redução da taxa de lucro em função do aumento da composição orgânica de capital, resultado do aumento da oferta de alimentos e o segundo, de elevação da taxa de lucro por conta da redução da composição orgânica do capital pelo aumento da oferta de matérias primas, Marini (1973) chamou de *inserção contraditória* das economias latino-americanas na economia mundial. De uma maneira ou de

---

<sup>9</sup> Sendo MV = Mais Valia, V = Valor do Capital Variável e C = Valor do Capital Constante. Taxa de Exploração =  $MV / V$  e a Taxa de Lucro =  $MV / C + V$ . Se V diminui e MV / V permanece constante então temos que quando V diminui MV diminui na mesma proporção. Assim temos que Taxa de Lucro diminui, já que MV e V diminuem e C permanece constante.

<sup>10</sup> Se o valor da jornada de trabalho e do capital constante permanecerem constantes, uma redução do valor do capital variável aumenta o numerador e reduz o denominador da taxa de lucro, o que leva ao aumento da taxa de lucro.

<sup>11</sup> Aqui cabe uma pequena observação. Esse argumento de que a redução do valor da força de trabalho ao aumentar a mais-valia (via relativa) tem efeito contra-tendencial na queda da taxa de lucro, está presente em Marini (1973) de maneira muito pouco clara. Ele será criticado por Cardoso e Serra (1978) que colocam esse elemento como sendo mais forte que o primeiro, logo levando ao aumento da taxa de lucro e não o contrário. Porém Marini (1978) irá reafirmar essa abordagem onde ele reconhece que a redução do valor da força de trabalho tem efeito contra-tendencial na queda da taxa de lucro.

<sup>12</sup> Se C diminui e MV e V permanece constante (ou mesmo que MV e V diminuam em menor proporção que C) então temos que a Taxa de Lucro aumenta já que o denominador diminuiu.

outra, o papel das economias latino-americanas será interpretado tal qual o de auxiliar o capital industrial no seu processo de acumulação.

Por último, ainda no contexto da Divisão Internacional do Trabalho, Marini (1969 e 1973) identifica o primeiro mecanismo de transferência de valor entre as economias latino-americanas e o conjunto das economias centrais no bojo da análise do papel das primeiras à acumulação nas últimas.

Segundo Marini (1973), quando as importações dos países latino-americanos são maiores que as suas exportações, as economias latino-americanas com o objetivo de preservar a sua capacidade de importar, recorreriam ao financiamento externo e, com isso, ao seu consequente endividamento. Por outro lado, o capital estrangeiro começa a se incorporar ao processo produtivo no interior das economias latino-americanas, principalmente em setores vinculados à exportação (via investimento externo direto).

A consequência do endividamento e da penetração do capital estrangeiro será o posterior pagamento de juros às economias centrais e as remessas de lucros dos capitais que se instalaram de forma produtiva no país, transferindo parte do excedente produzido nas economias latino-americanas para as economias centrais.

## **II.2 – Troca Desigual e Transferência de Valor: caracterizando a inserção internacional dependente**

Ainda no contexto da economia agroexportadora, Marini se propõe a interpretar os rebatimentos do comércio internacional nas economias latino-americanas. Sob este foco de análise, o autor irá recolocar a questão da deterioração dos termos de troca presente nas relações comerciais existentes entre Centro/Periferia, trazendo para o campo do marxismo latino-americano uma questão que já vinha sendo trabalhada pelos economistas da CEPAL desde a sua fundação nos anos cinqüenta. Porém, ela agora será reinterpretada como sendo o problema da troca desigual<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Marini (1973) não foi o único autor da tradição marxista a interpretar o fenômeno da troca desigual. O tema da troca desigual é objeto de um intenso debate no interior do campo marxista. Borges Netto (2002) sistematiza os principais autores que se colocaram no debate como sendo: Mandel (1985), Emmanuel (1972), Amin (1971, 1973 e 1981), Braun (1973) e Betelheim (1972)

Marini começa a sua análise da troca desigual colocando que o aumento da oferta de produtos primários no mercado mundial seria acompanhado da redução dos seus preços em relação aos produtos manufaturados. Em seguida, diz que os preços dos produtos manufaturados são estáveis e/ou caem lentamente ao longo do tempo. Daí Marini conclui que a troca desigual caracterizada pela redução relativa dos preços dos produtos primários frente aos produtos manufaturados, reflete uma queda dos preços dos produtos primários e não uma elevação dos preços dos produtos manufaturados.

Para Ruy Mauro Marini, o movimento de desvalorização dos preços dos produtos primários não poderia refletir a desvalorização real desses produtos, já que, segundo ele, os produtos primários conteriam maior quantidade de trabalho do que os produtos manufaturados, uma vez que a produtividade do trabalho cresce mais rápido nos países produtores de bens manufaturados do que nos países produtores de produtos primários.

Diante dessas constatações, Marini recupera a “lei do valor” formulada por Marx, que nos diz que as relações de troca expressam a troca de quantidades equivalentes de trabalho humano abstrato (Marx, 1982) e, então, deduz que, o que deveríamos ver seria o contrário, não a desvalorização relativa dos produtos primários, mas sim deveríamos esperar uma desvalorização relativa dos produtos manufaturados, já que o aumento da produtividade nos países industriais reduziria o tempo de trabalho gasto na produção dos produtos manufaturados.

É sobre o problema, colocado nesses termos, que Marini irá se debruçar.

Antes de apresentar a sua explicação, Marini faz questão de descartar algumas explicações para a troca desigual. Assim ele irá questionar explicações que apelam para desequilíbrios entre oferta e demanda ou da especialização das exportações dos países latino-americanos, que quando precisam aumentar a quantidade de divisas para viabilizar o seu desenvolvimento, acabam por aumentar a produção para a exportação de um único bem, o que reduz o preço desse produto no mercado internacional. Também irá questionar explicações políticas, que se apoiam nas teorias do imperialismo, de que os países desenvolvidos forçariam os países dependentes a venderem suas matérias primas a preços abaixo de seu valor. Essas explicações, segundo Marini, só seriam capazes de explicar a aparência do fenômeno, mas não explicariam a sua essência.

“Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não tão pouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial o que forçou a produzir em maior escala” (MARINI, 1973, pg.150)

Segundo Marini (1973), as explicações para a troca desigual não deveriam ser procuradas em explicações político-militares ou na superficialidade das flutuações do mercado, mas sim, nas relações mercantis que se estabelecem no interior do mercado mundial.

Para Marini, a troca desigual irá refletir movimentos de transferência de valor, ou melhor, de mais-valor, da Periferia para o Centro. Porém, a noção de transferência de valor não é trivial no interior da economia marxista nem tão pouco um consenso. Marini se vê obrigado a compatibilizar sua explicação com as determinações da “lei do valor” formulada por Marx. Nesse momento, sua análise abre-se para a possibilidade da negação da “lei do valor” no plano das trocas internacionais.

“O desenvolvimento das relações mercantis coloca as bases para que uma melhor aplicação da lei do valor tenha lugar, mas, **simultaneamente, cria todas as condições para que operem os distintos mecanismos mediante os quais o capital trata de burlá-la.**” *[grifo meu]*, (MARINI, 1973, pg. 151)

“Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes **mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca**, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias” *[grifo meu]*, (MARINI, 1973, pg. 151)

Marini apresenta dois mecanismos nos quais existiriam transferências de valor; para sermos mais precisos, transferências de mais-valia. O primeiro, aplicaria-se a relações de troca no interior do mesmo setor de produção, ou seja, a troca de manufaturas por manufaturas e, a segunda forma, entre produtos de diferentes setores de produção, como por

exemplo, manufaturas por primários. No primeiro caso, não haveria violação da lei do valor, porque a transferência de valor seria justificada através da mais-valia extraordinária. Já no segundo caso, teríamos a violação da lei do valor que se justificaria pela posição monopólica na produção de manufaturas que os países centrais teriam frente aos outros países. Mas vejamos cada mecanismo mais de perto.

Em sua análise da troca entre nações industriais, havendo diferentes produtividades entre nações que produzam as mesmas manufaturas, as nações mais produtivas tendem a ter preços de produção menores frente às nações menos produtivas. Como os preços de mercado são determinados pela concorrência dos diferentes capitais, acabam por ficar acima dos preços de produção da nação mais produtiva. Essa diferença entre os preços de produção e preços de mercado acaba por caracterizar um lucro extraordinário, alterando a repartição global da mais-valia, o que para Marini (1973) representa um movimento de transferência de valor.

Aqui, Marini está tentando aplicar a possibilidade da geração de mais-valia extraordinária existente entre diferentes capitais individuais que atuam no mesmo ramo de produção, só que agora, para nações diferentes. Ele reconhece que o lucro extraordinário auferido pelo país mais produtivo, caracterizaria-se por uma transferência de valor, na medida em que altera a repartição global da mais-valia; neste caso, teríamos para Marini a afirmação da lei do valor, (Marini, 1973).

Em sua análise da troca entre nações produtoras de produtos primários e produtos industriais, Marini sustenta que a posição monopolista das nações industriais frente às economias latino-americanas permitira a estas venderem seus produtos a preços acima de seu valor. Isto, para Marini, caracterizaria a transferência de valor entre as nações dependentes e as nações industriais; **trata-se da negação da lei do valor** nas transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias. Ele coloca isso claramente na passagem abaixo:

“No segundo caso – transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas – o mero fato de que umas produzem bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, **permite que as primeiras iludam a lei do valor**, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual.” [grifo meu], (MARINI, 1973, 151)

Assim, como vimos na passagem anterior para que as nações agrícolas tenham acesso aos produtos industriais, eles devem ceder parte da mais-valia produzida no interior de suas nações. Esse processo se caracterizaria para as nações agrícolas pelo fato de o aumento da quantidade exportada ser acompanhada pela redução do preço dos produtos exportados, não aumentando a quantidade de valor realizada pelos países latino-americanos no mercado mundial.

Essa abordagem sobre a teoria do valor se funda, principalmente, na ideia de que no plano internacional, as condições de produção não tendem a se homogeneizar, já que se preserva um importante diferencial de produtividade entre as nações desenvolvidas e as nações dependentes. Por isso, não só Marini, como outros autores afirmam que a lei do valor no mercado internacional aparece truncada, porque as condições de produção não convergiriam para os mesmos padrões tecnológicos e concorrenciais<sup>14</sup>, não tenderiam a se homogeneizar,<sup>15</sup> preservando um importante diferencial de produtividade entre as nações desenvolvidas e as nações dependentes.

Marini está preocupado em estudar as relações de troca entre países com diferentes composições orgânicas de capital, caracterizando a América Latina como sendo relativamente intensiva em trabalho e a Europa e os Estados Unidos como sendo relativamente intensivos em capital.

Marini (1973) acredita estar tirando o véu da troca desigual e revelando o que está por traz dela e como ela se sustenta. Vejamos quais as consequências para a Economia Agroexportadora, da perda de mais-valia, inerente às relações de troca do mercado internacional.

---

<sup>14</sup> Enquanto no plano nacional não seria possível se sustentar preços de mercado muito acima dos preços de produção de maneira permanente, porque a concorrência entre capitais individuais faria a mais-valia extraordinária tender a desaparecer por conta da homogeneização das condições de produção (pela difusão tecnológica), também no caso da posição monopólica os lucros extraordinários obtidos atrairiam capitais para esse setor alterando o padrão de concorrência em uma economia internacional.

<sup>15</sup> Marini (1973) não justifica o porquê das condições de produção não tenderem a se homogeneizar, apenas sustenta a afirmativa dizendo que como se preserva ao longo da história um diferencial tecnológico entre o centro e a periferia, isso por si só valida a sua afirmação.

## II.3 – Transferência de Valor e Superexploração do Trabalho: rebatimento interno da condição dependente

A inserção das economias latino-americanas no mercado mundial irá implicar na perda de mais-valia gerada nessas economias para as economias centrais. A transferência de valor aparece como inevitável, uma vez que é inerente das relações mercantis no plano das trocas internacionais.

A transferência de valor se traduz para o capitalista individual no interior da economia agroexportadora na diminuição da mais-valia realizada, assim a transferência de valor se desdobra na queda da taxa de mais-valia e, consequentemente, na queda da taxa de lucro<sup>16</sup>.

A resposta dada pelas economias dependentes frente às perdas decorrentes da sua participação no mercado internacional, não será através do aumento da produtividade, diminuindo o diferencial tecnológico entre estas e os países industrializados e, com isso, diminuindo os preços de produção dos produtos exportados de maneira a aproximá-los dos preços vigentes no mercado internacional<sup>17</sup>. O que veremos será o aumento da quantidade de mais-valia produzida com o objetivo de compensar a transferência (perda) de valor.

O aumento da quantidade de mais-valia produzida, não sendo obtido através do aumento da produtividade do trabalho, se deverá ao aumento da intensidade da jornada de trabalho, ou da extensão da jornada de trabalho ou, ainda, através do pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor. Esses três mecanismos enumerados acima caracterizam o que Marini (1973) definiu de **superexploração do trabalho**<sup>18</sup>.

Marini apresenta esses movimentos nas seguintes passagens de *Dialética da Dependência* – Marini (1973):

“Frente a esses mecanismos de transferência de valor, baseados seja na produtividade, seja no monopólio de produção, podemos identificar um mecanismo de compensação. Trata-se do recurso ao incremento de valor trocado, por parte da nação desfavorecida: sem impedir a transferência

<sup>16</sup> Se MV diminui e C e V permanecem constante então a queda Taxa de Mais-Valia e acompanhada pela queda na Taxa de Lucro.

<sup>17</sup> Nessa passagem Marini também não justifica o porquê dos países dependentes não recorrerem à aumentos de produtividade, como veremos no terceiro capítulo Cardoso e Serra (1978) discordam dessa visão de Marini.

operada pelos mecanismos já descritos, isso permite neutralizá-la total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado.” (MARINI, 1973, pg. 152)

“O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio de recursos de uma maior exploração do trabalhador.” (MARINI, 1973, pg. 153)

Neste ponto do argumento de Marini, a superexploração do trabalho aparece como uma resposta dos capitalistas latino-americanos à perda de mais-valia decorrente de sua inserção no mercado mundial. Este sentido aponta que os três mecanismos que caracterizam a superexploração do trabalho: “*configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalho, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva*” (MARINI, 1973, pg.156), afirmando o espaço das nações dependentes como tendo uma dinâmica diferente daquela dos países industriais.

Aqui, Marini (1973) avança na sua elaboração sobre a dependência. A subordinação das estruturas econômicas dos países latino-americanas aos países industriais se traduz, no interior da economia dependente, em um modo de produção fundado na superexploração do trabalho ao invés do desenvolvimento tecnológico. Marini (1973) interpreta que o avanço do capitalismo nos países dependentes é feito com um descompasso entre o desenvolvimento das forças produtivas (atraso tecnológico) e o desenvolvimento das relações sociais de produção (avanço na exploração da força de trabalho).

## II.4 – Superexploração do Trabalho e Estrutura do Mercado Interno

“Uma vez convertida em centro produtor de capital, a América Latina deverá criar, portanto, seu próprio modo de circulação, que não pode ser o mesmo que aquele engendrado pelo capitalismo industrial e que deu lugar a dependência.” (MARINI, 1973, pg.161).

---

<sup>18</sup> A superexploração do trabalho é uma das categorias mais importantes do pensamento de Marini e será melhor desenvolvida no Capítulo 2 que tratará exclusivamente do conceito.

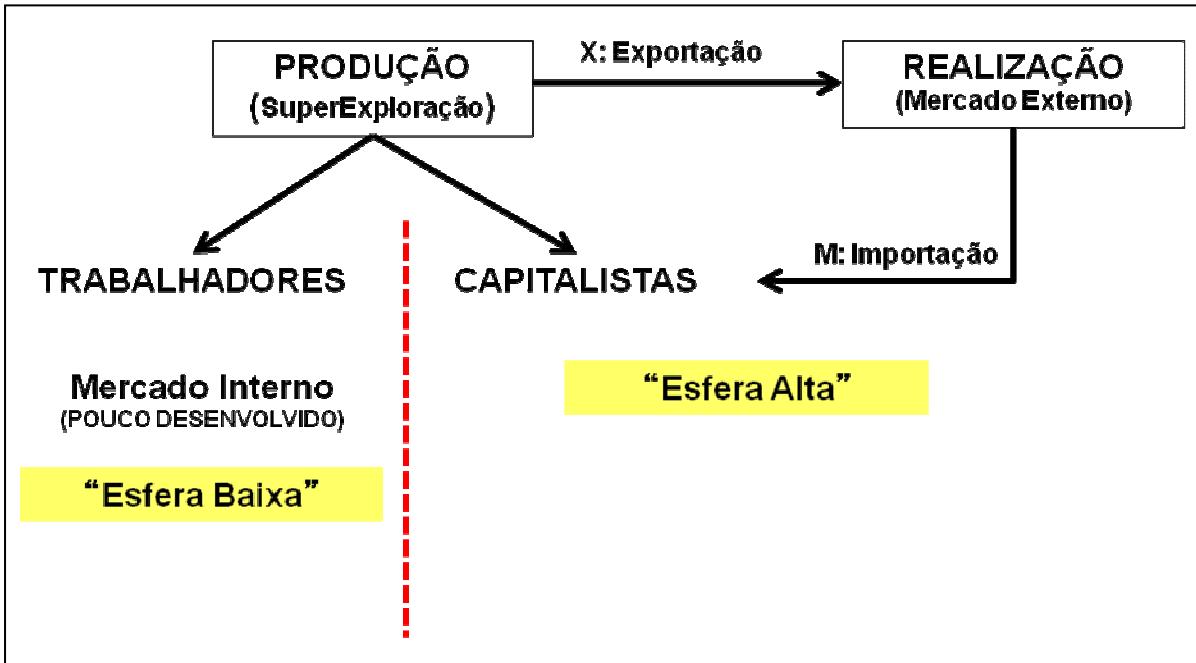
A produção voltada para o mercado externo combina-se com a superexploração do trabalho para definir um modo de circulação específico das economias agroexportadoras. Vejamos como isso se dá.

A produção voltada para o mercado externo separa, geograficamente, a produção de mercadorias da sua realização. A produção passa a ser definida em função da demanda por produtos primários, estando vulnerável às flutuações do mercado externo. Nesse esquema, a produção não dependeria da realização no mercado interno, assim conclui Marini que pouco importaria o consumo dos trabalhadores no processo de realização das mercadorias. Isso explicaria o porquê da superexploração do trabalho não implicar em problemas de realização nesta economia. Em outras palavras, na medida em que a produção é voltada para o mercado externo, é possível existir acumulação de capital em uma economia com “sub-consumo”.

Os lucros gerados pelas exportações iriam se reverter em importações de bens de consumo das economias centrais, contribuindo para a realização da produção dos países produtores de manufaturados e não se convertendo em demanda no mercado interno capaz de estimular a produção desses bens no interior da economia agroexportadora. Por outro lado, as baixas remunerações aos trabalhadores irão se traduzir em um baixo consumo no mercado interno incapaz de impulsionar o desenvolvimento de uma indústria de bens de consumo no interior da economia dependente.

Com isso, desenvolvem-se no interior da economia dependente, duas esferas de circulação de mercadorias distintas entre si. Uma que Marini (1973) chama de **“esfera alta da circulação”**, que está associada ao consumo dos capitalistas, onde seus rendimentos estão vinculados à atividade exportadora e seu consumo se traduz em importações. E, outra, que seria a **“esfera baixa da circulação”**, que corresponderia ao consumo de subsistência dos trabalhadores que receberiam baixos rendimentos, por conta da superexploração do trabalho. Sistematizamos essa análise no quadro abaixo:

## Quadro I – O Ciclo do Capital na Economia Agroexportadora:



Marini (1973) destaca que essa estrutura – na qual se organiza o mercado interno nas economias dependentes – é profundamente diferentes da forma como se organiza o mercado interno nas economias centrais, onde o consumo do trabalhador constitui parte importante na realização da produção de mercadorias. Essa é uma explicação para Marini (1973) de o porquê as economias centrais terem um modo de produção baseado na extração de mais-valia relativa (via progresso técnico), enquanto, as economias agroexportadoras teriam um padrão de acumulação fundado na superexploração do trabalho.

“Chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que reside a dependência latino americana” (MARINI, 1973,162)

Ao longo de *Dialética da Dependência*, 1973, a categoria da dependência irá se enriquecendo conforme Marini avança em sua exposição. A primeira definição se encontra na subordinação das estruturas produtivas latino-americanas às economias centrais, ou melhor, às necessidades da acumulação de capital nas economias centrais. Isso se manifesta na produção de determinados valores de uso: matérias primas e alimentos.

Esse é o ponto de partida para a análise de Marini da economia agroexportadora. Em seguida, passa ao estudo das relações de troca existentes entre a América Latina e os países industriais. Esse estudo revela o caráter profundamente desfavorável do comércio internacional para os países latino-americanos, ou melhor, para a acumulação de capital nesses países. Depois, Marini tenta perceber as consequências das perdas decorrentes da participação (inevitável) no comércio internacional para a produção de mercadorias nos países latino-americanos e chega à superexploração do trabalho como o principal mecanismo de se ampliar a quantidade de mais-valia produzida. Por último, após ter diagnosticado a superexploração do trabalho, o nosso autor tenta perceber as consequências dessas relações para o funcionamento do mercado interno no interior das economias agroexportadoras.

Dessa forma, o estudo das relações de dependência começa na “circulação” com análise da *troca desigual*, em seguida, volta-se para a “produção” de mercadorias nos países latino-americanos, onde identifica que a *superexploração do trabalho* se encerra na “circulação” com a diferenciação entre a *esfera baixa* e a *esfera alta da circulação*. Esse movimento fica indicado no posfácio à *Dialética da Dependência*, 1973:

“Um segundo problema se refere ao método utilizado no ensaio [*Dialética da Dependência*], que se explicita na indicação da necessidade de partir da circulação para a produção, para empreender depois o estudo da circulação que esta produção engendra.” (MARINI, 1973, 183)

## CAPÍTULO III – A COMPREENSÃO DA ECONOMIA DEPENDENTE: O CASO DA ECONOMIA INDUSTRIAL

Apresentaremos, a seguir, o estudo da segunda fase da economia dependente. Compreender esta fase, qual seja, a economia industrial é fundamentalmente para estudar como Marini pretende explicar a América Latina de seu tempo por meio da teoria da dependência. Em sua concepção, as economias industriais dependentes se forjaram no bojo das duas guerras mundiais, intercaladas pela crise de 1929. Naquele contexto, teria havido espaço para a industrialização na periferia.

Nas economias industriais dependentes, permanecem presentes os mecanismos descritos no funcionamento das economias agroexportadoras; no entanto, será a dependência tecnológica a principal explicação para a manutenção das relações de dependência. Os mecanismos de transferência de valor identificados no interior da economia industrial servirão para reproduzir as relações de superexploração do trabalho.

Neste capítulo, começa-se apresentando a formação e o funcionamento da economia industrial latino-americana, dando continuidade à análise feita em *Dialética da Dependência*. Em seguida, apresentaremos outras duas contribuições para o entendimento do funcionamento das economias dependentes, desenvolvidas nos trabalhos: *El Ciclo del Capital en la Economía Dependentes* (1979-A) e *Plus Valia Extraordinária e Acumulación de Capital* (1979-B). Finalmente, apresentaremos *Processos e Tendências da Globalização* (1996)<sup>19</sup>, um dos últimos textos escritos por Marini, no qual ele reinterpreta os conceitos de dependência e superexploração do trabalho dentro do contexto da globalização.

Neste capítulo, continuamos o entendimento de Marini do desenvolvimento histórico da economia dependente. Agora, a nossa exposição avança com o objetivo de apresentar a moderna economia industrial que se constituiu em alguns países latino-americanos nos anos

---

<sup>19</sup> Ao longo da década de 80 temos uma mudança no perfil dos artigos publicados por Marini. Os seus trabalhos se direcionam para o entendimento dos processos de redemocratização ocorridos no continente ao longo da década e para estudos sobre o processo de reorganização do movimento operário. Será só na década de 90 com a

trinta do século XX. Essa análise reflete fundamentalmente o processo de industrialização do Brasil, embora Marini (1973) acredite identificar elementos comuns que caracterizariam o processo de formação das economias industriais na América Latina, estendendo essa análise para as demais economias industriais do continente: México, Argentina e Chile.

Iremos mostrar de que maneira se opera a transição da economia agroexportadora para a economia industrial na América Latina e como os elementos constitutivos da dependência que aparecem na economia agroexportadora se reproduzem no interior da economia industrial, principalmente a superexploração do trabalho.

Nossa exposição se divide em quatro partes, que buscam contemplar a evolução da teoria de Marini no processo de mantê-la capaz de contribuir para a compreensão da realidade latino-americana. A primeira, apresenta a formação e o desenvolvimento da economia industrial latino-americana. Parte-se da economia agroexportadora para mostrar o processo de industrialização e a evolução dessa economia, chegando a uma primeira caracterização das economias industriais que se formaram no continente. Essa exposição se baseia em Marini (1969, 1973 e 1974). Na segunda e terceira partes que se seguem, apresentaremos o funcionamento das economias industriais latino-americanas, a partir de dois instrumentais teóricos elaborados por Marx (1980): primeiro, o ciclo do capital tendo como referência Marini (1979-A) e, segundo, os esquemas de reprodução ampliada que têm como referência Marini (1979-B). Na quarta e última parte, iremos apresentar como as definições de dependência e superexploração devem ser reinterpretadas dentro do contexto da globalização. Essa exposição irá se basear em Marini (1996).

### **III.1 – O Desenvolvimento da Economia Industrial Latino Americana**

#### **III.1.1 – Crise e Industrialização**

“É apenas quando a crise da economia capitalista internacional, correspondente ao período compreendido entre a primeira e a segunda guerras mundiais, limita a acumulação baseada na

---

ascensão do neoliberalismo que Marini virá a atualizar suas formulações sobre a dependência e a superexploração do trabalho.

produção para o mercado externo, que o eixo da acumulação se desloca para a indústria, dando origem à moderna economia industrial que prevalece na região.” (MARINI, 1973, pg. 167)

Com a crise econômica e financeira das economias centrais, que se deu entre a Primeira e a Segunda Grande Guerra Mundial, as relações de dependência estabelecidas através do mercado mundial se fragilizam, deslocando o centro da acumulação de capital do setor agroexportador para o setor industrial nascente. Marini destaca que esse processo é desigual no conjunto dos países latino-americanos, tendo se realizado apenas no Brasil, Argentina, Chile e México.

O acúmulo (quantitativo) de interrupções nos fluxos do comércio internacional, seja por conta das crises comerciais e financeiras ou por conta das duas grandes guerras mundiais, leva a uma mudança (qualitativa) no funcionamento da economia dependente. Isso se manifesta na formação de um núcleo industrial dinâmico, que assume a centralidade da acumulação de capital<sup>20</sup>.

Para explicar a mudança do eixo da acumulação de capital no interior da economia dependente, Marini irá recorrer à estrutura analítica já desenvolvida na sua análise da economia agroexportadora. Marini (1973) interpreta a interrupção nos fluxos de comércio exterior, como interrupções nos fluxos da esfera alta da circulação. Ou seja, por um lado a produção não conseguiria mais se realizar, por conta da queda das exportações e, ao mesmo tempo em que o consumo capitalista, não conseguiria se traduzir em importações. O resultado da interrupção dos fluxos na esfera alta da circulação faz com que a demanda existente para as importações se direcionam para o interior da economia dependente, elevando a demanda doméstica por bens de consumo. Esse movimento faz com que a esfera alta da circulação converja para a esfera baixa da circulação, na medida em que esta estaria vinculada às atividades domésticas produtoras de bens de consumo.

---

<sup>20</sup> Observe-se que Marini (1973), assim como outros autores, não desconhece a existência de atividades industriais anteriores à década de trinta. Atividades tanto ligadas aos setores exportadores, quanto à nascente indústria de bens de consumo. A preocupação de nosso autor é com a mudança do centro da acumulação que deixa de estar no setor exportador e passa a se localizar na indústria voltada para o mercado interno.

**Quadro II – A passagem para a Economia Industrial**



A convergência da esfera alta para a esfera baixa da circulação representa para Marini uma aproximação em termos ideais do padrão de desenvolvimento das economias centrais.

Desde o ponto de vista que nos interessa, isso significa que a esfera alta da circulação, que se articulava com a oferta externa de bens manufaturados de consumo, desloca seu centro de gravidade para a produção interna, passando sua parábola a coincidir, grosso modo, com a que descreve a esfera baixa, própria das massas trabalhadoras. Parecia, assim, que o movimento excêntrico que apresentava a economia exportadora começava a se corrigir e que o capitalismo dependente se orientava no sentido de uma configuração similar à dos países industriais clássicos. (MARINI, 1973, pg.167)<sup>21</sup>

O importante de se partir da ideia de que existe uma interrupção em um ciclo econômico pré-existente reside na necessidade de se afirmar que a industrialização brasileira se dá com o objetivo de atender a uma “demanda pré-existente”. O consumo capitalista, órfão do mercado externo, deslocaria-se para o interior da economia dependente.

<sup>21</sup> Marini não faz indicações cronológicas em seus textos no que desrespeito o processo de industrialização, nessa passagem faz uma referência importante, colocando que seria a convergência da esfera alta para a esfera baixa da circulação que ao aproximar em termos ideais as economias dependentes das economias centrais, teriam criado as condições materiais para o nascimento das ideologias desenvolvimentistas

Com isso, Marini é capaz de identificar dois momentos no interior do processo de industrialização. O primeiro, em que essa “demanda pré-existente”, é maior que a oferta de mercadorias. Nesse contexto, não haveria interesse dos capitalistas industriais em atender a demanda da esfera baixa da circulação se dedicando exclusivamente a produzir ainda para esfera alta da circulação, absorvendo a demanda que anteriormente se dedicava ao mercado externo.

O segundo momento se dá quando essa “demanda pré-existente” se iguala à oferta de mercadorias. Nesse contexto, o comportamento esperado dos capitalistas industriais, segundo Marini, deveria ser o de investir no aumento da sua produtividade de forma a baratear as suas mercadorias, de maneira a permitir a incorporação do conjunto das massas trabalhadoras ao mercado de produtos industrializados. Porém a opção dos capitalistas não será essa. Marini então identifica dois mecanismos com os quais os capitalistas seriam capazes de aumentar a sua taxa de lucro sem precisar ampliar o mercado consumidor.

O primeiro mecanismo será a elevação do preço de suas mercadorias, aproveitando assim, da sua posição monopolista em que se encontram por conta da interrupção dos fluxos de comércio exterior<sup>22</sup>. Em segundo lugar, sendo baixo o nível tecnológico nessa fase do processo de industrialização, a estrutura de custos dependeria fundamentalmente dos gastos com a força de trabalho. O caminho escolhido pelos capitalistas será a redução dos custos de produção, forçando a redução dos salários abaixo do valor da força de trabalho<sup>23</sup>.

Assim, o processo de industrialização irá reproduzir a *superexploração do trabalho* no seio da economia industrial latino-americana. A consequência disto será a compressão do consumo dos trabalhadores, o que irá reproduzir a cisão entre esfera alta e esfera baixa da circulação no interior da economia industrial, fazendo com que a convergência entre as esferas alta e baixa seja apenas aparente, uma vez que se limita a internalizar o consumo capitalista. Aqui Marini chama a atenção para algo a que poucos autores deram a devida

---

<sup>22</sup> Como já colocamos na nota anterior, Marini não faz referências cronológicas claras nos seus textos. Marini está apresentando uma sequência de argumentos lógicos, que em alguns momentos precisam se apoiar em eventos históricos. Acreditamos que ele está se referindo, nessa passagem, ao final do 1º Governo Vargas quando tivemos uma pequena aceleração inflacionária no interior da economia brasileira.

<sup>23</sup> Essa possibilidade seria beneficiada pela crise que a economia agroexportadora estaria passando nesse período, o que liberava força de trabalho, aumentando a oferta de força de trabalho em ritmo mais acelerado do que a indústria seria capaz de absorver e, com isso, aumentando o exército industrial de reserva, permitindo pressionar os salários abaixo de seu valor.